

Ulysses promete coordenar acordo para o anteprojeto

Foto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que tão logo esteja pronto o substitutivo ao projeto da nova Constituição, coordenará um entendimento — inclusive sob a forma institucional, com presidentes de partidos e líderes — para levá-lo ao plenário.

— É preciso fazer uma Constituição que preste. Não posso me eximir disso e, nesta coordenação, olharei com muito apreço para as emendas populares — disse Ulysses a um grupo de representantes de entidades de trabalhadores em telecomunicações que foi entregar-lhe um emenda com mais de cem mil assinaturas.

O Presidente da Constituinte referiu-se à coordenação do esforço para um entendimento em torno da nova Carta pelo menos duas vezes, falando a grupos diferentes de populares que lhe entregaram emendas. Ulysses insistiu também na importância das emendas populares no processo de elaboração da Constituição, afirmando que estas proposições receberão uma atenção muito grande.

Ulysses Guimarães citou a Suíça e a Itália como exemplos de países que possuem mecanismos como os referendos e frisou a importância da organização popular para "vigiar a representação e ajudá-la". Lembrou que o ideal seria a democracia direta, mas que, sendo isso impossível, é preciso que o povo se movimente para atuar junto aos representantes.



Ulysses elogia propostas populares

Ele prometeu ainda que, se depender dele, a nova Constituição estabelecerá mecanismos de participação como o direito popular de iniciativa legislativa, mediante um número ponderável de assinaturas para cada projeto, e a realização de referendos populares sobre propostas importantes.

— A instância suprema é o povo e devemos devolver ao povo a soberania que ele nos credenciou para representá-lo — concluiu, sob aplausos.

Agassiz solicita sindicância para a apuração da assinatura falsificada

BRASÍLIA — Pressionado pela bancada da Paraíba na Constituinte, o Deputado Agassiz de Almeida entregou ontem ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um requerimento para que seja apurado o episódio da falsificação da assinatura do Presidente do Senado, Humberto Lucena, em ofício ao Presidente Sarney indicando nomes para cargos.

Ulysses abrirá uma sindicância e nomeará uma comissão interpartidária para apurar os fatos. Bastante constrangido, Agassiz deixou o gabinete de Ulysses Guimarães afirmando ter apresentado o pedido para "acabar com as dúvidas, pois isso atinge a própria Constituinte".

Integrantes da bancada da Paraíba, no entanto, relataram que Agassiz relutou em entregar o pedido a Ulysses e só o fez após receber um ultimato de cinco deputados e dois senadores do PMDB da Paraíba, em reunião ontem pela manhã.

Em João Pessoa, a médica Julie-

ta Arruda Valadares, recentemente indicada para a Superintendência Regional do Iapas, a pedido do Deputado Agassiz Almeida, compareceu normalmente ontem ao seu gabinete, um dia depois da notícia de sua exoneração do cargo no qual ela ainda espera ser mantida.

— Só vou deixar de vir ao gabinete se acontecer o pior, mas eu não creio que aconteça — disse ela, ao ressaltar que não tinha, até ontem, nenhuma informação oficial ou extraoficial sobre seu afastamento da Superintendência.

Julieta fundamentava a certeza da permanência no fato de que "toda a bancada do PMDB paraibano apoiou sua indicação para o cargo igualmente pretendido pelo grupo político liderado pelo ex-Deputado Alvaro Gaudêncio, do PFL.

— De qualquer forma, estou tranquila. A bancada do PMDB está de acordo com minha indicação e, disse Julieta.

Entidades vão ter seis dias para defender no plenário suas propostas

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, aprovou ontem o calendário para a discussão das emendas populares na Constituinte. Ele destinou o período de 25 a 30 deste mês — quando o plenário estará debatendo as emendas apresentadas ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral — à defesa das propostas populares pelas entidades que as encaminharam.

O calendário foi acertado entre Afonso Arinos e o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Eles acreditam que a discussão das emendas populares movimentará a Constituinte, já que as galerias estarão abertas ao público, sem exigência de senhas. Ulysses relutou um pouco quanto à proposta de liberar as galerias, mas Arinos argumen-

tou que entre 25 e 30 deste mês não haverá qualquer problema, pois nenhuma matéria estará em votação.

O Senador disse ontem que a defesa de emendas populares pelas entidades que as endossaram é um fato inédito na história constitucional brasileira.

— É a mais legítima participação da população, através das entidades que a representam, na feitura da nova Carta — frisou.

Durante os seis dias destinados à apreciação das emendas populares, dez propostas serão apreciadas por dia. Cada entidade terá o direito de colocar na tribuna um orador, que falará, no máximo, 20 minutos. Caso o número de emendas seja superior ao esperado, o período de defesa das propostas poderá ser estendido até 8 de setembro.

Serra defende adicional do Imposto de Renda a ser cobrado pelos Estados

BRASÍLIA — Para aumentar a receita tributária dos Estados, o Deputado José Serra (PMDB-SP) — que foi Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças — propôs a criação de um adicional do Imposto de Renda a ser cobrado pelos Estados. Cada um deles determinaria, em sua legislação, a forma de cobrança. O pronunciamento de José Serra, na segunda sessão extraordinária da Constituinte, praticamente serviu como uma explicação do anteprojeto elaborado na Comissão da qual participou.

Outra medida defendida por Serra foi a transferência do Imposto Territorial Rural para a responsabilidade dos Estados. Segundo ele, esse imposto praticamente não é mais recolhido pela União. Passado aos municípios, representa apenas 0,05% dos impostos federais. Uma das dificuldades apontadas por Serra na cobrança de imposto é a desigualdade territorial no Brasil. O que é um minifúndio no Pará, exemplificou, pode ser uma pequena ou média propriedade em

Santa Catarina.

Um dos pontos enfaticamente defendidos pelo constituinte foi a fusão de sete impostos em um único, de competência estadual e com alíquotas flexíveis, de acordo com a realidade de cada Estado. Para Serra, a união do ICM e do ISS aos impostos sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, minerais, comunicações e transporte permitiria "uma simplificação extraordinária" para baratear e tornar mais ágil o sistema tributário.

Segundo Serra, a criação desse imposto abriria a possibilidade de se obter abatimentos nas exportações industriais, "o que todos os países do mundo fazem, menos o Brasil". Ele ressaltou que o projeto estabelece "algum ressarcimento pela não cobrança do ICM às exportações do ICM a Estados, partilhando isso com os municípios". Explicou que a Comissão teve a preocupação de não concentrar a fração redistribuída para Estados e municípios, "uma vez que estabelecemos um teto de 20 por cento para qualquer Estado".